

# DIVERSIDADE DE GÊNERO: um olhar atento aos estereótipos no ensino fundamental

## GENERIC DIVERSITY: an attention to stereotypes in fundamental teaching

*Shirlei Alexandra Fetter<sup>1</sup>*

**RESUMO:** Este estudo apresenta uma pesquisa que tem por objetivo identificar como as relações de diversidade e gênero estão evidenciadas no espaço educativo. Para isso, o estudo realizado aconteceu em uma escola da rede pública municipal de Parobé/RS. Dá-se como sequência a particularidade do assunto em questões específicas, as quais se voltam ao questionamento sobre como profissionais da educação têm trabalhado com as questões de gênero no ambiente escolar. Consequentemente, conclui-se o assunto pelos relatos dos professores que o olhar atento pode intervir de modo que se coloque contra as discriminações e questione os estereótipos associados à diversidade de gênero no ambiente escolar.

**Palavras-chave:** Gênero. Educação. Diversidade. Ensino.

**ABSTRACT:** This study presents a research that aims to identify how the relations of diversity and gender are evidenced in the educational space. For this, the study was carried out in a school of the municipal public network of Parobé/RS. As a sequence, the specificity of the subject is addressed in specific questions, which turn to the question of how professionals in education have worked with gender issues in the school environment. Consequently, the subject concludes from the teachers' accounts that an attentive gaze can intervene to stand against discriminations and question the stereotypes associated with gender diversity in the school environment.

**Keywords:** Gender. Education. Diversity. Teaching.

### 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A sociedade contemporânea é, historicamente, marcada por exclusão social; sendo assim, pensar esse processo dentro da instituição de ensino impele-nos também a pensar na composição da sociedade. Partindo em busca de compreensão sobre como as atitudes sociais se constituem e ocasionam pensamentos acerca das coisas e do mundo, buscou-se discutir os estereótipos sociais dentro do espaço escolar. Considera-se o espaço educativo da instituição escolar como agente de discussão e mudança sobre as concepções advindas de uma sociedade com características excludentes (BENTO, 2008).

Necessita-se de instrumentos que ajudem – cada vez mais – a compreender, enfrentar e intervir nas diferentes formas de discriminação e exclusão social, das quais professoras e professores, ao compreender a dimensão que sua prática e ação pedagógica aprofundam e remetem para além da transmissão de conteúdos curriculares, inferindo que as questões históricas estabelecem a escola como produtora e reprodutora das diferenças. Além disso, o estudo busca situar a caracterização dos conceitos de diversidade e gênero nas políticas públicas educacionais, agregados ao foco dessa temática.

---

<sup>1</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional pelas Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT, Bolsista Capes. Tutora a Distância, Especialização Lato Sensu em Gestão Educacional pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. Professora na Rede Municipal de Parobé. Possui graduação em Pedagogia pela FACCAT. Especialização em Gestão Educacional, com ênfase em Orientação e Supervisão pela FACCAT. Especialização em Mídias no IFSUL.

Ao tratar o tema e considerar a sexualidade como algo inerente à natureza da vida, que se expressa no ser humano (BRASIL, 2013), busca-se englobar as relações de gênero, o respeito a si mesmo e ao outro pelas expressões culturais que se manifestam na sociedade como atividades democráticas e pluralistas. São debates – por vezes realizados à mesquinha pequena – recheados de doutrinação moral, desmerecendo as reflexões necessárias ao conhecimento da temática.

Tendo em vista o objetivo de identificar as relações de diversidade e gênero e como as mesmas estão evidenciadas no espaço educativo, a análise conta com uma pesquisa de campo realizada com dez professores – que atuam do terceiro ao quinto anos do ensino fundamental – de uma escola da rede pública municipal de Parobé/RS. Como sequência, o estudo apresenta uma leitura interpretativa, baseada na metodologia qualitativa/descritiva sobre as questões específicas em estudo.

Para inspirar, o assunto baseia-se na afirmação sobre “o direito de ser iguais quando a diferença nos inferioriza e o direito a ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza” (SANTOS, 2001, p. 28). Sobre essa afirmação a análise traz à tona as concepções de enfrentamento das práticas de estereótipos, realizadas por alunos na instituição escolar. A partir dessa leitura é possível repensar o papel da escola e buscar, através da práxis, mudar esses artifícios que favorecem unicamente um número inferior da população.

Entende-se que as relações de gênero – incluídas no currículo da escola – são fundamentais, buscando contribuir para a promoção da igualdade à medida que promovem o respeito à diversidade. Parte-se do pressuposto de que a escola, enquanto espaço social, proporciona a convivência com a diversidade. Estima-se esse espaço como vantagem para a discussão de questões referentes à diversidade de gênero. Uma educação disposta a assegurar a diversidade humana necessita de exercícios, tolerância e respeito ao convívio com a diversidade; isso nos remete a olhar o outro com olhos de sensibilidade e disposição de alteridade.

### **2 MARCAS CULTURAIS: DIVERSIDADE DE GÊNERO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS**

A diversidade caracteriza-se como uma das preciosidades do ser humano; a existência das diferenças entre as pessoas encontramos em cidades e países, apresentando modificações das culturas existentes. Conforme o artigo 2º da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 10 de dezembro de 1948 (UNICEF, 1948),

em nenhum momento deve haver discriminação por raça, cor, gênero, idioma, nacionalidade, opinião ou qualquer outro motivo. Como desenvolvido por Souza (2007), do surgimento da diversidade cultural e das alterações expressadas a partir dos anos 1990 emergem propostas de intervenção pedagógica escolar que procuram apresentar estratégias e significações para as práticas e concepções.

No Brasil, a proteção e a promoção dos direitos de todo ser humano são articuladas e colocadas em prática através da Secretaria Especial dos Direitos Humanos; o órgão se responsabiliza em pôr em prática os preceitos morais estabelecidos em estatutos e pela proteção dos direitos enquanto cidadãos. Trata-se de uma prática – com atitudes de reconhecimento e apreço à diversidade social e cultural – e conseqüentemente estabelece o respeito entre os seres humanos. Nesse sentido, o Estado brasileiro incorpora em seus documentos oficiais as temáticas que apresentam a diversidade.

O termo diversidade é constituído pela variedade e diferença que se apresenta entre alguns aspectos e sobre a quantidade dos mesmos. Para McLaren (2000), a questão de diversidade trata da ênfase reflexiva a respeito do processo – pelo qual se constitui e se afirma a preponderância de alguns grupos humanos sobre outros. Nesse sentido, o autor busca o questionamento sobre os privilégios que se apresentam nas relações sociais. Em relação aos grupos culturais existentes, a multiplicidade e a diversidade cultural apresentam-se caracterizadas pela vital importância da integração que se desenvolve em respeito à generalidade.

Dada essa tendência, a diversidade cultural ocasiona a intercultural – a qual tem por significado a diversidade cultural –, assim como o respeito e a compreensão aos diferentes (CANCLINI, 2013). Essa expressão abrange os modos de diferenciar as diferentes culturas existentes, constituindo-se no que se chama de identidade cultural dos seres humanos ou de uma sociedade. Destarte, a identidade cultural pode ser considerada uma característica que personaliza e distingue os membros de um respectivo grupo dos demais.

Diante da pluralidade contemporânea, tomemos como exemplo as relações de gênero em que Corrêa (2003) identifica que, na atualidade perante a diversidade sexual, docentes e discentes ainda não dispõem de atividades que superam as práticas preconceituosas. Segundo a autora, além das dificuldades de aceitação e convivência com a pluralidade sexual, permeiam as questões em que “a sexualidade como um todo é exorcizada da vida escolar” (CORRÊA, 2003, p. 133).

Tomemos como entendimento o conceito de gênero enquanto categoria relacional que se reelabora historicamente. Perante essa perspectiva, as relações entre os gêneros implica a invisibilidade das mulheres como sujeitos históricos pertencentes à sociedade. Entretanto a diversidade de gênero aborda os direitos civis e sociais, destacando o preconceito e a discriminação social sobre as concepções de gênero e os diferentes discursos que incidem sobre os sujeitos (FLEURI, 2003).

As atividades desenvolvidas no cotidiano da sala de aula oportunizam a reflexão e a concepção sobre a exclusão social. Identificar na sociedade sua descrição histórica é um salto importante em busca de disposição à crítica, é transformar – diante da realidade preconceituosa – o trabalho educativo. Quando o tratamento do assunto der início às considerações e às relações de gênero, percebem-se as características culturais consideradas “naturalmente” femininas ou masculinas correspondendo às relações de poder (AUAD, 2006, p. 19).

Essa exploração, sobre o que é pertencer a um ou outro sexo – em relação ao tratamento diferenciado para meninos e meninas – encontra-se inclusive nas expressões e padrões socialmente estabelecidos de feminino e masculino. Esses modelos são de origens sociais e culturais identificadas a partir das diferenças biológicas dos sexos e reproduzidas através da educação, o que na atualidade recebe a denominação de “relações de gênero”. Diante desse panorama, é relevante a evidência de que “não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características são representadas ou valorizadas” (LOURO, 2008, p. 21).

As questões referentes à sexualidade não se limitam ao individual. Pelo oposto, buscam compreender as atitudes e valores coletivos, considerando a necessidade de contextualizar os aspectos culturais. Por meio da relações é que se definem – por exemplo – as relações de gênero, ou seja, entre o que homens e mulheres podem e devem fazer por ser masculinos e femininos. Saffioti (2004) considera essas descrições definidas de sexualidade como antagônicas, em que a divisão da humanidade deixa categorizados dois grupos, que apresentam oposições simples, mas em que masculino e feminino são apenas diferentes.

Considerável a postura de educadores, que ressaltam serem necessárias reflexões que busquem os valores democráticos em relação às questões de gênero. Por meio do trabalho pedagógico podem se transmitir a valorização da equidade entre os gêneros e a dignidade de cada um individualmente. Compreende-se que, na sociedade, não existem índices para medir a homofobia, e que “na

verdade há um desejo em eliminar e excluir aqueles que contaminam o espaço escolar. Há um processo de expulsão e não de evasão” (BENTO, 2008, p. 129).

Em contrapartida, as práticas desenvolvidas por educadores estão – de certa forma – contextualizadas por políticas educacionais, as quais não se dobram de forma exclusiva à reprodução das orientações explícitas nas normatizações oficiais. Por vezes influenciadas pela convivência familiar e pelos meios de comunicação, os mecanismos de produção, considerados por Fernandes (2008) como reprodução e consumo das ideologias vigentes, diferem dos espaços de socialização. Tais afirmações são corroboradas quando são apresentadas as discussões sobre as representatividades de sexualidade veiculadas no final dos anos 1990 e no início dos anos 2000 (STAMPF, 2003).

## 2.1 POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE AFIRMAÇÕES AO GÊNERO NA ESCOLA

Iniciam-se as evidências acerca das ações afirmativas que envolvem assuntos a fim de desfazer a construção social de discriminação e o preconceito. Tais atitudes de intolerância contribuem para o fracasso escolar e a evasão dos sujeitos. Já não basta reconhecer os avanços instituídos pela Constituição Federal Brasileira de 1988, destacando os direitos civis e sociais; faz-se necessário propor políticas que estejam de acordo com os princípios educacionais.

Destacam-se, em conformidade com a Constituição Federal, a promoção e o adequamento de todos, sem preconceitos e quaisquer outras formas de discriminação (BRASIL, 1988). E, conforme o artigo 3º, inciso IV: “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. Consequentemente garante a igualdade de todos perante a legislação, sem distinção de qualquer natureza. Assim considerando que os gêneros masculino e feminino são iguais em direitos e obrigações.

Na sequência dos apontamentos, destaca-se a Constituição do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei Federal nº 8.069/90, para tratar especificamente da proteção integral do respeito e da dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais (BRASIL, 1990).

Dando sequência às Bases da Educação Nacional – LDB e ao atual Plano Nacional de Educação – PNE, estes fazem pouca menção à diversidade e às identidades de gênero e sexualidade. Considera-se que, prin-

principalmente nos PNE, há uma completa omissão do tema sexualidade, contrapondo-se aos debates e às demandas apresentados pela sociedade (BRASIL, 1996; 2014).

Em detalhes mais aprofundados, encontra-se a abordagem da sexualidade no Plano Nacional de Educação, o qual apresenta expectativas e apontamentos – pela política educacional brasileira – quando exibe a publicação dos temas transversais disponíveis nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN's. Dessa forma, incluiu a discussão sobre “Orientação Sexual”.

Tal documento tem por objetivo contemplar e orientar a atividade pedagógica, abrangendo as diversas disciplinas que compõem os currículos escolares, considerando a educação sexual dos alunos.

Ao tratar do tema Orientação Sexual, busca-se considerar a sexualidade como algo inerente à vida e à saúde, que se expressa no ser humano, do nascimento até a morte. Relaciona-se com o direito ao prazer e ao exercício da sexualidade com responsabilidade. Engloba as relações de gênero, o respeito a si mesmo e ao outro e à diversidade de crenças, valores e expressões culturais existentes numa sociedade democrática e pluralista. Inclui a importância da prevenção das doenças sexualmente transmissíveis/Aids e da gravidez indesejada na adolescência, entre outras questões polêmicas. Pretende contribuir para a superação de tabus e preconceitos ainda arraigados no contexto socio-cultural brasileiro (BRASIL, 1998, p. 287).

As sugestões expostas nos PCN's evidenciam – em sua exposição – a inquietude em sobrepujar os conceitos individuais e censurados sobre a diversidade de gênero, estritamente ligados às questões do corpo físico e suas funções biológicas. Isto é, “orientação sexual é o termo sob o qual se designa a opção sexual, evitando-se, assim, falar em identidade” (ALTMANN, 2004, p. 21).

De modo a acrescentar ao que já foi mencionado anteriormente e à frente da análise avaliativa dos documentos de especialistas sobre as propostas expostas nas ações afirmativas, estudos realizados sobre o assunto consideram a ideia apresentada por Novena (2004, p. 120) destacando que os PCN's tiveram uma imprescindível função ao romper com a “política do silêncio mantida até a década de 70 e início da década de 80, principalmente por parte dos poderes instituídos, em relação à implantação da educação sexual na escola”.

A instituição de ensino – de modo especial a educação em sua condição de completude – apresenta-se como ferramenta para que tenhamos em nossa sociedade, que, ao mesmo tempo em que contribui para manter e reproduzir as desigualdades entre os gêneros, também

constitui um importante mecanismo de mudança de aproximação a uma condição mais igualitária entre homens e mulheres. No Brasil, o investimento em políticas de ação afirmativa começou com intenção norte-americana, ou seja, eliminar desigualdades historicamente surgidas, garantindo a igualdade de gêneros.

### 3 ANALISANDO A DIVERSIDADE DE GÊNERO NO COTIDIANO ESCOLAR

Buscando analisar os hábitos de estereótipos exclusivos dos alunos, enquanto pesquisadora me propus a realizar uma pesquisa de campo tendo como universo escolhido uma escola municipal de ensino fundamental localizada na região do Vale do Paranhana, no município de Parobé/RS. Os questionamentos investigativos contaram com uma abordagem teórica/metodológica, com o intuito de abranger os estereótipos que são caracterizados na linguagem dos alunos dessa escola quando fazem referências às questões de gênero com seus pares.

O público estudantil – pertencente à escola pesquisada – demonstra características sociais de baixa renda; conta com aproximadamente novecentos alunos, da pré-escola ao nono ano do ensino fundamental. Sua base curricular contempla diferentes projetos institucionais, sendo um deles o futebol masculino e feminino, reconhecido em todo o estado. Nessa pesquisa foi escolhida essa escola por motivos de relações entre a pesquisadora e seu corpo docente, que conta com aproximadamente setenta professores.

O contexto da pesquisa contou com a colaboração de onze professoras do ensino fundamental, que atuam em regência de classe do terceiro ao quinto anos, das séries iniciais. Comum na realidade escolar, as discussões acerca de gênero no ambiente escolar ganham visibilidade expressiva, permanecendo no anonimato as identidades de gênero e a diversidade sexual enquanto construção social.

O objetivo geral proposto conta com a investigação, partindo da inquietação de como profissionais da educação têm trabalhado com as questões de gênero no ambiente escolar, objetivando identificar como as relações de diversidade de gênero estão evidenciadas no espaço educativo. Conseqüentemente, utilizou-se um questionário composto por quatro questões, sendo uma questão objetiva e três questões dissertativas. O mesmo foi elaborado com a intenção de atingir o objetivo proposto ao estudo, apresentando as questões analisadas na seqüência:

Quadro 1: Questões de pesquisa

1 - Você presenciou experiências preconceituosas sobre gênero entre os alunos?
2 - Escreva três expressões usadas na fala dos alunos sobre esse assunto.
3 - Escreva três palavras que representam a sua concepção acerca de diversidade de gênero na escola.
4 - Como você trabalha com essas questões?

Fonte: Elaborado pela autora.

Para analisar os dados coletados, conforme as questões investigativas, o estudo se embasa aos moldes de uma pesquisa qualitativa, buscando dar esclarecimento ao tema que remete ao estudo sobre a diversidade de gênero e os estereótipos que alunos do terceiro ao quinto anos do ensino fundamental, sob a percepção dos docentes.

Baseado na teoria de Moraes (1999), a pesquisa qualitativa explora, com centralidade no estudo de caso – utilizando os depoimentos coletados e, posteriormente, sistematizado e analisados para, dessa maneira, facilitar o trabalho de compreensão, interpretação e inferência a que aspira a análise dos conteúdos. Afirmam Barros e Lehfeld (2013) que realizar uma análise significa buscar o sentido mais explicativo para os resultados dos dados coletados.

Segundo Bardin (2011), a análise do conteúdo coletado serve como um conjunto de instrumentos metodológicos – que se aplicam a discursos extremamente diversificados –, enriquecendo a busca exploratória, com vistas a encontrar e conhecer aquilo que está por trás do significado das palavras ou mensagens transmitidas. Explicado o procedimento, na sequência segue a apresentação dos dados, assim como a análise interpretativa dos mesmos.

Quanto à primeira abordagem, que questiona sobre já ter vivenciado alguma situação de preconceito quanto à diversidade de gênero por alunos na escola, professores em unanimidade respondem que sim, já presenciaram ou vivenciaram situações de preconceito na escola entre os alunos. Pensar em uma forma sobre como abordar o tema sobre preconceito em sala de aula é fundamental – ainda mais quando a intenção é desfazer uma mistificação de estereótipo –, ou seja, a escola enquanto instituição multicultural não pode negar a seletividade que está presente na prática institu-

cional escolar e, por vezes, de caráter excludente (AQUINO, 1998).

Sobre a questão dois, buscando ressaltar as expressões usadas na fala dos alunos, quanto à diversidade de gênero, apresenta-se um gráfico com as observações apontadas pelas onze professoras que participaram dessa pesquisa.

Gráfico 1: Observação dos professores



Fonte: Elaborado pela autora.

Apresentadas no gráfico, as questões sobre os estereótipos trazidas pelas professoras em suas observações, exposta em destaque com significativa relevância é a diversidade de gênero. Trazer esse tema à discussão na escola é fundamental. Assim, como afirma Sabat (2004, p. 98), “é precisamente a representação que nos permite relacionar a educação com a produção de identidades de gênero”. Tanto as considerações a realizar na escola como as de relações estabelecidas socialmente nos exibem maneiras específicas sobre a feminilidade e a masculinidade – apontando as formas “corretas” de relacionamento socialmente desejável a conviver integralmente na sociedade.

O trabalho desenvolvido pela escola requer atenção aos estereótipos de gênero, raça, nacionalidade, cultura e classe social, diretamente ligados à sexualidade. Ao observar as manifestações, estereótipos, percebe-se que a relação constituída no ambiente escolar requer dos educadores aprofundamento e intervenções significativas para sanar as abordagens excludentes apresentadas pelos alunos. Implica, portanto, colocar-se contra as discriminações associadas – principalmente as expressões sobre a sexualidade –, como a exclusão da diversidade no ambiente escolar.

O conceito de gênero apresenta-nos as representações sociais que ainda predominam na contemporaneidade. O uso dessa concepção consiste no abandono da explicação entre as diferenças existentes, os comportamentos e lugares ocupados por homens e mulheres na sociedade. Tal demonstração revela que, apesar de muitos discursos docentes e/ou institucionais estarem recheados de moralidade e diálogo sobre as diferenças, as dificuldades em abordar esse assunto no cotidiano escolar se encontram alicerçadas em barreiras constituídas na exposição de ideias preponderantes – contribuindo para a perpetuação de práticas e significações estereotipadas e excludentes (MADUREIRA, 2007).

Em sequência sobre as abordagens apresentadas anteriormente, buscou-se dar sentido e interpretação às questões que se apresentam enquanto julgamento dos profissionais da educação acerca da sua concepção de diversidade de gênero na escola. Desse modo, os dados podem ser observados no quadro a seguir:

**Quadro 2:** Diversidade na escola

Entrevistados	Respostas
Professora – A	Orientação individual; Interação familiar e grupo de professores.
Professora – B	Inclusão social; Trabalhos em grupo; Relatos de experiência.
Professora – C	Aceitação; Acolhimento; Reflexão/diálogo.
Professora – D	Diferenças; Igualdade; Tema para trabalho contínuo.
Professora – E	<i>Respeito</i> às diferenças; <i>Diversidade</i> ; Cultura.
Professora – F	<i>Diversidade</i> ; Cultura; Aceitação.
Professora – G	<i>Respeito</i> ; Direito de escola; Valores.
Professora – H	<i>Respeito</i> ; Igualdade; Conscientização.
Professora – I	Diz não ter características para o assunto.
Professora – J	<i>Respeito</i> ; Sociabilidade; Tolerância.
Professora – K	Subjetividade; <i>Respeito</i> ; <i>Diversidade</i> .

Fonte: Elaborado pela autora.

Diante do estudo e da análise do grupo de professores que compõem a escola pesquisada, fica ressaltado na avaliação da questão e por interpretação das colocações apontadas pelas onze professoras que a escola pode trabalhar de maneira mais incisiva com a formação dos profissionais sobre essa temática, quer dizer, a diversidade das relações de gênero. Embora os debates já existem no espaço escolar, os apontamentos trazidos apresentam uma dinâmica expressiva sobre diversos conceitos destacados pelos educadores, porém há restrições ao entendimento sobre o conceito de diversidade de gênero como foco central das afirmações estabelecidas pelos educadores.

Diversidade foi o ponto de partida do objetivo para a elaboração do estudo – sem perder as provocações humanistas elaboradas por posicionamento, considerando essa enorme multiplicidade de particularidades culturais que se resguarda ao caráter abalizadamente de dominação político-social. Tais práticas evidenciam a significância sobre a formação docente para a abordagem da diversidade de gênero, sobre o qual Balestrin (2007) verificou que as representações – presentes – focam na diversidade dos sujeitos. A reflexão sobre a diversidade na escola é um processo amplo que se situa no avanço de novos movimentos que impactam e enaltecem a diversidade nas relações de gênero.

Dar significância às relações de diferenças no espaço escolar requer atenção à variedade de maneiras em que se produzem os significados dos comportamentos. Construções diferenciadas, como diversidade de gênero, apresentam questões contextualmente existenciais resultando na desigualdade e nas diferenças exploradas pela opressão do igualitarismo, apontado pelas formas “demo-

cráticas” de relacionamento em sociedade. Ou seja, “não se trata de identificar o estranho como o diferente, mas de pensar que estranho é ser igual” (BENTO, 2008, p. 131-132).

Isso remete à questão quatro, que tem por objetivo realizar a percepção sobre as abordagens metodológicas utilizadas pelas professoras, quanto ao tratamento do assunto desenvolvido sobre a diversidade de gênero. Apresenta-se, na se-

quência, uma breve descrição do foco metodológico utilizado, visto que o diálogo é a ferramenta utilizada para essa abordagem.

Pode-se afirmar que os métodos de ensino se confirmam pelas ações que o professor desenvolve e como organiza as atividades para efetivar o processo de ensino e aprendizagem dos alunos, assim atingindo os objetivos do ofício docente em relação a determinados conteúdos. Os métodos realizam e mediam as formas de diálogo entre ensino e aprendizagem, entre o professor e os alunos, apresentando o resultado e a assimilação dos conhecimentos e das capacidades cognitivas dos alunos. Conforme afirma a professora C: “Busca-se uma intervenção através de conversas individuais, coletivas e, se for o caso, desenvolvimento de projetos que abordem a questão gênero”.

Sobre a situação de estereótipo, a professora E relata que sua forma de intervenção é pela explicação, pelo diálogo, tentando por meio desses chegar à conscientização, buscando o entendimento sobre a diversidade de gênero por meio da reflexão dialógica. Para Freire (1980, p. 23), “o diálogo é um encontro no qual a reflexão e a ação, inseparáveis daqueles que dialogam, orientam-se para o mundo que é preciso transformar e humanizar”. A circunstância da atividade pedagógica realizada em sala de aula é essencial, desde que o mesmo assuma sua função enquanto mediação.

A semelhança instituída entre professores e alunos faz relação ao requinte do processo pedagógico. Não há como distinguir as particularidades escolares das vivências de mundo pelos discentes, isto é, tanto o professor como o aluno podem ensinar e aprender através de suas experiências. Para tanto, Gadotti (1999, p. 2) refere que: “ao pôr em prática o diálogo, o educador não pode colocar-se na posição ingênua de quem se pretende detentor de todo o saber”.

Salienta a professora F que, no caso do aluno apresentar preconceito em relação às questões de gênero, ela realiza o atendimento individualizado – através de diálogo – e, se necessário, é encaminhado o caso à direção. Cabe ressaltar que exercer a função docente exige autoridade, respeito e afetividade, ainda que o docente necessite atender um aluno em particular. Em argumentos positivos, a atuação de alguns professores enquanto docência torna-se fonte de inspiração para buscar um novo e melhor caminho para os alunos. Para isso faz-se necessário o diálogo, conforme diz Libâneo (1994, p. 250): “o professor não apenas transmite uma informação ou faz perguntas, mas também ouve os alunos. Deve dar-lhes atenção e cuidar para que aprendam a expressar-se, a expor opiniões e dar respostas”.

Outrossim, a inserção da categoria de gênero, assim como a etnia, sob a ótica das manifestações culturais, tem como objetivo a retirada da invisibilidade sobre as diferenças existentes entre os seres humanos, que, por vezes, pactuam com as discriminações. Discorre-se sobre a retirada e sobre a exposição e as discriminações que enaltecem os preconceitos à diversidade de gênero.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Posterior à análise realizada e apresentada, entende-se que o ambiente educativo/escola é considerado fundamental como fator de desenvolvimento da vida e de emancipação social; para isso, sua função é a redução das desigualdades. Mas para que a escola cumpra o seu papel social de promoção do desenvolvimento humano, deve propiciar a reeducação dos estereótipos que se apresentam inerentemente nesse espaço.

Sobre os marcos legais instituídos, observa-se minúscula abordagem. Nesse caso, seria negativo afirmar que houve omissão das questões de gênero na educação, mas as mesmas têm sido expressas de forma sucinta aos níveis de ensino. Tais abordagens referem-se a conteúdos transversais pela política nacional brasileira, principalmente após 1997, ou seja, propõem a discussão sobre “orientação sexual”. Os documentos também demonstram referências e orientação sobre como educadores podem atuar em todas as disciplinas sobre a orientação sexual.

Pode-se afirmar que o preconceito à diversidade de gênero está relacionado aos discursos que atravessam todas as instituições sociais: família, escola e Estado, justificando a discussão pelas políticas públicas de educação, saúde, justiça e assistência social. A escola apresenta-se, enquanto instituição social, como espaço privilegiado para trazer as questões ao debate.

Constata-se, ao discutir os estereótipos, que a categoria gênero se destaca, porém professores estão reproduzindo padrões dominantes de masculinidade e feminilidade. Isto é, o predomínio das relações que foram constituídas de forma desigual e buscam novos conceitos a fim de trabalhá-los no ambiente escolar, para desmistificar a reprodução sexista da sociedade que apresenta vantagens de um gênero sobre outro, pertence à prática docente.

Enquanto para os educadores há necessidade de estar abertos às discussões e abordagens relacionadas à sexualidade, sob diferentes aspectos e não só o biológico. Necessita-se olhar para o outro com igualdade e entendimento sobre seus direitos sexuais. Por isso há necessidade de formação continuada nessa temática para

que os docentes possam avançar, pois, na maioria dos cursos de formação, não estão contempladas discussões que destacam os sujeitos de direitos que serão apresentados no cotidiano da sala de aula e nem como deveremos abordá-los. Ao dar visibilidade às diversidades de gênero, como pertencentes a grupos e não marginalizadas por estereótipos, busca-se, dessa forma, dar ao espaço escolar a concepção de significado, possibilitando a reconstrução social com vistas à pluralidade.

Tomada a situação de depreciação ou menosprezo por colegas do outro sexo, as questões de estereótipos demandam a intervenção do professor a fim de trabalhar o respeito ao outro e às diferenças, considerando que, na escola, o saber não se estabelece mediante as relações de sentido único e que o aprendizado envolve não somente a reprodução, mas principalmente a construção e reconstrução contínua entre professores e alunos.

A rigor, o trabalho sobre as relações de gênero em qualquer situação do convívio escolar apresenta de forma nítida as relações que se estabelecem entre os alunos. Também se encontram presentes na organização do material de estudo, nos comportamentos diferenciados entre meninos e meninas.

Momentos e situações em que se faz necessária essa intervenção pedagógica são os que implicam os “apelidos”, enfatizados pelos comportamentos desprovidos sobre sexualidade. O professor tem que identificar a existência dentro do espaço escolar, onde o grupo aponta para a exclusão da imensa diversidade de gênero dos jeitos.

### REFERÊNCIAS

- ALTMANN, Helena. **Verdades e pedagogias na educação sexual em uma escola**. 226 f. 2004. Tese (Doutorado em Educação) – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <<http://www.bdae.org.br/dspace/bitstream/123456789/1827/1/tese.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2016.
- AQUINO, Julio Groppa. Ética na escola: a diferença que faz diferença. In: AQUINO, Julio Groppa (Coord.). **Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1998. p. 135-151.
- AUAD, Daniela. **Educar meninas e meninos: relações de gênero na escola**. São Paulo: Contexto, 2006.
- BALESTRIN, Patrícia Abel. **Onde está a sexualidade: representação de sexualidade num curso de formação de professores**. 2007. 196 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/11083>>. Acesso em: 12 jun. 2016.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 70. ed. São Paulo: Edições, 2011.
- BARROS, Aidil de Jesus Paes de; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas**. 22. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.
- BENTO, Berenice Alves de Melo. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- BRASIL. **Constituição Federal Brasileira de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 30 mar. 2017.
- \_\_\_\_\_. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm)>. Acesso em: 30 mar. 2017.
- \_\_\_\_\_. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em: 30 mar. 2017.
- \_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. 2013. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 23 mar. 2017.
- \_\_\_\_\_. Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino. **Plano Nacional de Educação**. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <[http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne\\_conhecendo\\_20 metas.pdf](http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20 metas.pdf)>. Acesso em: 30 mar. 2017.
- \_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais**. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/orientacao.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2017.
- CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas**. São Paulo: Edusp, 2013.
- CORRÊA, Lisete Bertotto. **A exclusão branda do homossexual no ambiente escolar**. 2003. 153 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/3665>>. Acesso em: 12 jun. 2017.
- FERNANDES, Daniela Mota. **Investigando a sexualidade de professoras: suas histórias, saberes e práticas**. 2008. 154 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/13717>>. Acesso em: 12 jun. 2017.
- FLEURI, Reinaldo Matias. Intercultura e educação. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 16-35, maio/ago. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n23/n23a02.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782003000200003>.



- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GADOTTI, Moacir. **Convite à leitura de Paulo Freire.** São Paulo: Scipione, 1999.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Didática.** São Paulo: Cortez, 1994.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- MADUREIRA, Ana Flávia do Amaral. **Gênero, sexualidade e diversidade na escola: a construção de uma cultura democrática.** 2007. 428 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: <[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1610/1/Tese\\_AnaFlaviaAmaralMadureira.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1610/1/Tese_AnaFlaviaAmaralMadureira.pdf)>. Acesso em: 13 jun. 2017.
- MCLAREN, Peter. **Multiculturalismo revolucionário: Pedagogia do dissenso para o novo milênio.** Porto Alegre: Artmed, 2000.
- MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação,** Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999. Disponível em: <[https://disciplinas.usp.br/pluginfile.php/386715/mod\\_folder/content/0/Roque-Moraes\\_Analise%20de%20conteudo-1999.pdf?forcedownload=1](https://disciplinas.usp.br/pluginfile.php/386715/mod_folder/content/0/Roque-Moraes_Analise%20de%20conteudo-1999.pdf?forcedownload=1)>. Acesso em: 13 jun. 2017.
- NOVENA, Nadia Patrizia. **A sexualidade na organização escolar: narrativas do silêncio.** 2004. 260 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004. Disponível em: <<http://www.bdae.org.br:8080/bitstream/123456789/1765/1/tese.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2017.
- SABAT, Ruth. Só as bem quietinhas vão casar. In: MEYER, Dagmar; SOARES, Rosângela. **Corpo, gênero e sexualidade.** Porto Alegre: Mediação, 2004. p. 95-106.
- SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Perseu Abramo, 2004.
- SANTOS, Boaventura Souza. Para uma concepção multicultural de direitos humanos. **Contexto Internacional.** Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 7-34, jan./jun. 2001. Disponível em: <[http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Concepcao\\_multicultural\\_direitos\\_humanos\\_ContextoInternacional01.PDF](http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Concepcao_multicultural_direitos_humanos_ContextoInternacional01.PDF)>. Acesso em: 12 jun. 2017.
- SOUZA, Márcia Maria de. **Construindo a inclusão da temática educação sexual no projeto político pedagógico de um colégio público de Goiânia.** 2007. 183 f. Tese (Doutorado em Ciências da Saúde) – Programa Multi-institucional de Pós-Graduação em Ciências da Saúde – Convênio Rede Centro-Oeste (UnB/UFG/UFMS), Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/5639>>. Acesso em: 12 jun. 2017.
- STAMPF, Débora Karine. **Representações de sexualidade no currículo da Nova Escola e a construção do sujeito heterossexual.** 2003. 102 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/5074>>. Acesso em: 12 jun. 2017.
- UNICEF. **Declaração dos direitos humanos:** adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948. Disponível em: <[https://www.unicef.org/brazil/pt/resources\\_10133.htm](https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm)>. Acesso em: 23 mar. 2017.